

Elisa Miranda Costa
(Organizadora)

Bases Conceituais da **Saúde**



Atena
Editora
Ano 2019



Elisa Miranda Costa
(Organizadora)

Bases Conceituais da Saúde

Atena Editora
Ponta Grossa - 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

B299 Bases conceituais da saúde [recurso eletrônico] / Organizadora Elisa Miranda Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Bases Conceituais da Saúde; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-141-1

DOI 10.22533/at.ed.411191502

1. Medicina integral. 2. Política de saúde. 3. Promoções da saúde. 4. Saúde coletiva. I. Costa, Elisa Miranda. II. Série.

CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Com a efervescência da Medicina Integral e da Medicina Comunitária no Brasil, surgiu uma reorientação das práticas médicas dentro das universidades. Esses modelos propuseram uma certa rearticulação dos conhecimentos médicos na dimensão social, o que ampliou a concepção acerca do processo saúde/doença e seus determinantes que a medicina clínica vinha contribuindo quando enfatizava uma abordagem individual e biomédica.

Com o surgimento do campo da Saúde Coletiva, se observa a necessidade de reformas não só educacionais, mas sobretudo sobre o próprio sistema de saúde brasileiro. Portanto, a saúde coletiva consolidou-se como espaço multiprofissional e interdisciplinar.

A educação influencia e é influenciada pelas condições de saúde, estabelecendo um estreito contato com todos os movimentos de inserção nas situações cotidianas em seus complexos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros. Portanto, a prática educativa em saúde, além da formação permanente de profissionais para atuar nesse contexto, tem como eixo principal a dimensão do desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas visando à melhoria da qualidade de vida e saúde da comunidade assistida pelos serviços, reforçando que a educação e a saúde são práticas sociais inseparáveis e interdependentes.

A Educação em saúde no contexto dos serviços de Saúde Pública tem importantes dimensões a serem tratadas: a educação permanente em saúde como política norteadora dos processos educativos contínuos nos diferentes modelos assistenciais do SUS a educação popular em saúde, que reconhece que os saberes são construídos diferentemente e, por meio da interação entre sujeitos, esses saberes se tornam comuns ao serem compartilhados.

Ao longo deste volume serão discutidas as experiências educacionais de acadêmicos de saúde e o processo educativo nas práticas de saúde nas ações dos profissionais inseridos no Sistema Único de Saúde.

Elisa Miranda Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE NAS ESCOLAS: A PERCEPÇÃO DAS ORIENTADORAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL/RS	
Leda Rúbia Maurina Coelho Déborah Goulart Silveira Rafael da Silva Cezar Letícia Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4111915021	
CAPÍTULO 2	11
A EDUCAÇÃO DA HIGIENE BÁSICA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Claudiane Santana Silveira Amorim Fernanda Cruz de Oliveira Mônica de Cássia Pinheiro Costa Sávio Felipe Dias Santos Alba Lúcia Ribeiro Raithy Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.4111915022	
CAPÍTULO 3	16
A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SAÚDE E SEUS DESAFIOS PARA A INTERDISCIPLINARIDADE.	
Eliane Soares Tavares Lucia Azambuja Vieira Rosane Eunice Oliveira Silveira Patrícia Albano Mariño	
DOI 10.22533/at.ed.4111915023	
CAPÍTULO 4	27
ACADÊMICOS DE MEDICINA DURANTE ESTÁGIO NA DIVISÃO DE TRANSPLANTES DE FÍGADO E ÓRGÃOS DO APARELHO DIGESTIVO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Victor Vieira Silva Aline Andrade de Sousa Fábio de Azevedo Gonçalves Darah Fontes da Silva Assunção Rafael de Azevedo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4111915024	
CAPÍTULO 5	31
AÇÃO EDUCATIVA EM ENFERMAGEM SOBRE ECTOPARASIToses NO ÂMBITO ESCOLAR PARA PREVENÇÃO E CUIDADO NA INFÂNCIA - RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Raquel Silva Nogueira Manuela Furtado Veloso de Oliveira Matheus Barbosa Martins Daniela Marçal Valente Aline Bento Neves Glenda Keyla China Quemel Aldeyse Teixeira de Lima Leide da Conceição do Espírito Santo Monteiro Irineia Bezerril de Oliveira da Silva Nubia Cristina Pereira Garcia Lilian Thais Dias Santos Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4111915025	

CAPÍTULO 6 39

AÇÃO EDUCATIVA PARA OS PORTADORES DE DIABETES E HIPERTENSÃO ARTERIAL
MATRICULADOS EM UMA ESF DE BELÉM-PA

Eliomara Azevedo do Carmo Lemos
Carla Andrea Avelar Pires
Geraldo Mariano Moraes de Macedo
Ceres Larissa Barbosa de Oliveira
Sérgio Bruno dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.4111915026

CAPÍTULO 7 42

ADEQUA-SE O TEMA ESPIRITUALIDADE NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DA ÁREA DA
SAÚDE NA PÓS-MODERNIDADE?

Edson Umeda
Juliana Ferreira de Andrade
Juliana Fehr Muraro

DOI 10.22533/at.ed.4111915027

CAPÍTULO 8 49

AS ATIVIDADES LÚDICAS COMO MECANISMO TRANSFORMADOR NO
PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcos José Risuenho Brito Silva

Diully Siqueira Monteiro
Camilla Cristina Lisboa Do Nascimento
Eliseth Costa Oliveira de Matos

DOI 10.22533/at.ed.4111915028

CAPÍTULO 9 52

ASSISTÊNCIA INTEGRAL AO PACIENTE OBESO EXPERIÊNCIA EM ENSINO E EXTENSÃO

Tiago Franco David
Ana Carolina Contente Braga de Souza
Karem Mileo Felício
João Soares Felício
Camila Castro Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.4111915029

CAPÍTULO 10 56

ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM DROGARIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA VIVÊNCIA DA
PRÁTICA PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO EM METODOLOGIA ATIVA - APRENDIZAGEM
BASEADA EM PROBLEMA NA GRADUAÇÃO DE FARMÁCIA- FPS

Emília Mendes da Silva Santos
Ivana Glaucia Barroso da cunha

DOI 10.22533/at.ed.41119150210

CAPÍTULO 11 63

BIOÉTICA E TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE ENTRE OS
GÊNEROS

Renata Bertti Nunes
Tereza Rodrigues Vieira

DOI 10.22533/at.ed.41119150211

CAPÍTULO 12 74

COMUNICAÇÃO ENTRE OS SURDOS E OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE, UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA? REVISÃO SISTEMÁTICA

Wellington Jose Gomes Pereira
Marciana Matyak
Simone Cristina Pires Domingos
Tainá Gomes Valeiro
Anna Carolina Vieira Martins
Haysa Camila Boguchevski

DOI 10.22533/at.ed.41119150212

CAPÍTULO 13 86

CONFECÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA TRABALHAR EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Clarice Munaro
Emanuella Simas Gregório

DOI 10.22533/at.ed.41119150213

CAPÍTULO 14 92

CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA ACADÊMICA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM SOB A ÓTICA DE DISCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alba Lúcia Ribeiro Raithy Pereira
Jamilly Nunes Moura

DOI 10.22533/at.ed.41119150214

CAPÍTULO 15 99

DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR NO CAMPO DA ATENÇÃO BÁSICA

Vanessa dos Santos Silva
Roberto Mendes Júnior
Ruhama Beatriz da Silva
Ruty Thaís Silva de Medeiros
Lorena Oliveira de Souza
Robson Marciano Souza da Silva
Ylanna Kelayne Lima Lopes Adriano Silva
Arysleny de Moura Lima
Juciane Miranda

DOI 10.22533/at.ed.41119150215

CAPÍTULO 16 107

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E FISIOTERAPIA: DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PESSOAIS NA SALA DE ESPERA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Josiane Schadeck de Almeida Altemar
Cássia Cristina Braghini

DOI 10.22533/at.ed.41119150216

CAPÍTULO 17 111

ELABORAÇÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA USUÁRIO SOBRE A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NA ONCOLOGIA

Juliana da Costa Santana
Antônio Samuel da Silva Santos
Bruno Thiago Gomes Baia
Lennon Wallamy Sousa Carvalho

Letícia Caroline da Cruz Paula
Mayara Tracy Guedes Macedo
Héllen Cristhina Lobato Jardim Rêgo

DOI 10.22533/at.ed.41119150217

CAPÍTULO 18 119

ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AUDITIVAS E FONOLÓGICAS – PECAFON

Roberta Neves
Cristiane Lima Nunes
Graça Simões de Carvalho
Simone Capellini²
Júlio de Mesquita Filho

DOI 10.22533/at.ed.41119150218

CAPÍTULO 19 133

ENQUANTO ESTOU NO HOSPITAL - UM LIVRO PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS, SEUS CUIDADORES E GRUPOS DE TRABALHO DE HUMANIZAÇÃO

Simone Lopes de Mattos

DOI 10.22533/at.ed.41119150219

CAPÍTULO 20 138

ESCOLA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL: A PERCEPÇÃO DOCENTE PELA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS

Nádia Teresinha Schröder
Ana Maria Pujol Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.41119150220

CAPÍTULO 21 152

FALANDO SOBRE HIPERTENSÃO ARTERIAL COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, ANTES E DEPOIS DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rafaela Garcia Pereira
Dirce Nascimento Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.41119150221

CAPÍTULO 22 156

INCLUSÃO DE POPULAÇÃO INDÍGENA E OS DESAFIOS PARA PRÁTICA DOCENTE HOSPITALAR EM ENFERMAGEM NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Edileuza Nunes Lima
Sandra Helena Isse Polaro
Roseneide dos Santos Tavares
Carlos Benedito Marinho Souza

DOI 10.22533/at.ed.41119150222

CAPÍTULO 23 162

INTERVENÇÃO E PESQUISA EM PROMOÇÃO DE SAÚDE NA EJA: DESAFIO DO USO DE METODOLOGIAS EMANCIPATÓRIAS

Daniela Ribeiro Schneider
Leandro Castro Oltramari
Diego Alegre Coelho
Aline da Costa Soeiro
Paulo Otávio D'Tôlis
Caroline Cristine Custódio

Júlia Andrade Ew
Gabriela Rodrigues
Pedro Gabriel Moura Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.41119150223

CAPÍTULO 24 180

O PROGRAMA MENTORING NO CURSO DE MEDICINA DE UMA IES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rafael de Azevedo Silva
Elana Cristina da Silva Penha
Tamara Pinheiro Mororo
Daniel Figueiredo Alves da Silva
Raquel de Souza Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41119150224

CAPÍTULO 25 184

OFICINA EDUCACIONAL UTILIZADA PELA ENFERMAGEM PARA A EDUCAÇÃO CONTINUADA SOBRE A VACINAÇÃO INFANTIL

Aliniana da Silva Santos
Ana Carolina Ribeiro Tamboril
Natalia Daiana Lopes de Sousa
Fernanda Maria Silva
Maria Corina Amaral Viana

DOI 10.22533/at.ed.41119150225

CAPÍTULO 26 190

PERCEPÇÃO DO ACADÊMICO DE MEDICINA EM AÇÕES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO COMO POTENCIALIZADORA DA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE

Brenna Lucena Dantas
Rebecca Maria Inocência Gabínio Borges
Vanessa Carolinne de Andrade e Albuquerque
Yago Martins Leite
Etiene de Fátima Galvão Araújo

DOI 10.22533/at.ed.41119150226

CAPÍTULO 27 199

PIBID COMO PROMOTOR DA SAÚDE DO ESTUDANTE: 'BULLYING' EM AMBIENTE ESCOLAR

Viviane de Lima Cezar
Laura Alves Strehl
Maria Isabel Morgan-Martins
Eliane Fraga da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.41119150227

CAPÍTULO 28 205

PERFIL DAS PUBLICAÇÕES DE ENFERMAGEM SOBRE SAÚDE DO ADULTO EM CONDIÇÕES CIRÚRGICAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Luana de Macêdo
Eloíde André Oliveira
Fabiana Maria Rodrigues Lopes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.41119150228

CAPÍTULO 29 219

PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL NA ENFERMAGEM: DEMANDAS ÉTICAS E POLÍTICAS NA VIVÊNCIA NO ESTÁGIO CURRICULAR

Heloiza Maria Siqueira Rennó
Carolina da Silva Caram;
Lilian Cristina Rezende
Lívia Cozer Montenegro
Flávia Regina Souza Ramos
Maria José Menezes Brito

DOI 10.22533/at.ed.41119150229

CAPÍTULO 30 230

PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO EIXO INTEGRADOR DAS DISCIPLINAS DO PRIMEIRO PERÍODO DO CURSO DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ana Maria Florentino
Aline Cristina Brando Lima Simões
Ana Cristina Borges
Damião Carlos Moraes dos Santos
Nina Lúcia Prates Nielebock de Souza
Rodrigo Chaves

DOI 10.22533/at.ed.41119150230

CAPÍTULO 31 237

PROMOÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA SOBRE ANTICONCEPÇÃO E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda de Alencar Pereira Gomes
Sintya Gadelha Domingos da Silva
Jonathan Emanuel Lucas Cruz de Oliveira
Clístenes Daniel Dias Cabral
Débora Taynã Gomes Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.41119150231

CAPÍTULO 32 246

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL VOLTADO PARA AMAMENTAÇÃO SEGURA NOS PERÍODOS NEONATAL E PEDIÁTRICO

Tobias do Rosário Serrão

DOI 10.22533/at.ed.41119150232

CAPÍTULO 33 253

VISITA DOMICILIAR PARA FAMÍLIA DE JOVEM COM RECIDIVAS DE SUICÍDIO COM MEDICAMENTOS: RELATO DE CASO

Camila Cristiane Formaggi Sales
Eloisa Leardini Pires
Jéssica Yumi de Oliveira
Lisa Bruna Saraiva de Carvalho
Allana Roberta da Silva Pontes
Jullye Mardegan
Desirée Marata Gesualdi
Marcia Regina Jupi Guedes
Magda Lúcia Félix de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.41119150233

SOBRE A ORGANIZADORA..... 259

BIOÉTICA E TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS

Renata Berti Nunes

Psicóloga no Paraná, formada pela Universidade Paranaense, UNIPAR. Ex-bolsista do Programa de Iniciação Científica/UNIPAR. Umuarama - PR

Tereza Rodrigues Vieira

Pós-Doutora em Direito pela Université de Montreal; Mestre e Doutora em Direito pela PUC-SP; Especialização em Bioética pela Faculdade de Medicina da USP, Universidade de São Paulo. Professora/Pesquisadora do Mestrado em Direito Processual e Cidadania na Universidade Paranaense, UNIPAR, onde coordena o projeto de pesquisa *“Intolerância, multiculturalismo e proteção das minorias vulneráveis”*. Advogada em São Paulo.

RESUMO: Discutir gênero é falar sobre equidade, é encontrar estratégias para amenizar as forças opressoras da cultura patriarcal. Este artigo corresponde a visualização da desigualdade de gênero e suas lutas pelo movimento social feminista, demonstrando que por meio das políticas públicas de igualdade entre os gêneros, a ferramenta da transversalização, realiza uma forma efetiva de garantia dos direitos fundamentais e a responsabilização de todos os níveis do poder da república para conseguir atingir a autonomia e o empoderamento do gênero feminino. O método utilizado no artigo é dedutivo por meio de um referencial bibliográfico. Averiguou-

se que se faz necessário uma articulação da sociedade diante dessa problemática para que se tenha uma participação ativa e fiscalize o modo que as políticas públicas estão sendo implantadas nos municípios para efetivação da transversalidade nas políticas públicas de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero feminino; Desigualdade; Políticas Públicas e Transversalização.

ABSTRACT: To discuss gender is to talk about equity, it is to find strategies to settle the patriarchal culture oppressive forces. This article corresponds to the gender inequality visualization and its struggles by the feminist social movement, demonstrating that through gender equality public policies, the transversalization, implement that realizes an effective way of guaranteeing fundamental rights and accountability at all republic power levels to achieve female gender autonomy and empowerment. The method used in the article is deductive through a bibliographic reference. It came on that it is necessary to articulate the society against this problem in order to have an active participation and to supervise the way that the public policies are being implemented in the cities to effect the transversality in the public gender policies.

KEYWORDS: Feminine gender; Inequality;

1 | INTRODUÇÃO

No contexto atual, apesar do aumento das discussões acerca da igualdade entre os gêneros, visualizamos cotidianamente a existência de ocorrências de ações de desigualdade, sucedendo um crescimento considerável nas denúncias ocorridas por violências físicas, psíquicas e/ou moral em relação ao gênero feminino. Destarte, se faz necessária a análise dessa desigualdade para a compreensão das relações de poder da sociedade contemporânea.

Discutir sobre gênero na atualidade transpassa as barreiras da sexualidade, por ainda vivermos em uma sociedade na qual persistem questões desafiadoras concernentes aos papéis sociais determinantes do masculino e feminino, prescindindo, portanto, de explanação sobre o feminino, suas lutas e enfrentamentos diários.

O feminismo é um movimento social que visa o empoderamento do gênero feminino e a liberdade em questões das opressões patriarcais, para que advenha uma igualdade entre os gêneros. Suas teorias e críticas ajudaram a sociedade a enxergar essas injustiças, fazendo com que o Estado implantasse normas, leis e políticas públicas para minimizar essas ocorrências.

A sociedade patriarcal, até os dias de hoje, ainda faz com que as mulheres se tornem objetos sociais controlados por possuírem a possibilidade de reprodução da espécie, sobre a qual o gênero masculino acredita ter poder. As mulheres ainda sofrem abusos psicológicos e físicos, e se tornam submissas por motivos variados.

Com a demanda de ocorrências contra as mulheres, há a necessidade de levantar essa temática, a fim de que se realizem debates com o fundamentado propósito de minimizar o controle que a sociedade tem sobre o gênero feminino proporcionando a merecida igualdade. Deste modo, explanar-se-á sobre a responsabilização das estruturas multisetoriais e verticais nas políticas públicas de gênero por meio da transversalidade.

A elaboração deste artigo fora pautada em referenciais teóricos a partir de livros, artigos científicos e legislações, realizando o desenvolvimento a respeito do feminismo e seu histórico e a transversalidade nas políticas públicas de gênero.

2 | O SURGIMENTO DO FEMINISMO E SEUS ENFRENTAMENTOS

Em uma sociedade em que o patriarcal é visto como ponto máximo, as pessoas com o gênero feminino acabam sendo desvalorizadas, perdendo o controle pelo próprio desejo e corpo. Assim, a construção cultural do gênero feminino é voltada apenas para aspectos familiar e maternal, com papéis definidos, sem o poder de realizar a própria

escolha, diferentemente do gênero masculino, que é visualizado no aspecto público, o qual abastece e protege a família (GIFFIN, 1994).

Com o passar dos séculos, a mulher foi rotulada e destinada à dominação patriarcal. Na Antiga Grécia, a mulher era considerada inferior aos escravos em seus direitos cívicos. Poderia realizar apenas os afazeres domésticos, não saía de seu lar sem ser acompanhada, não tinha direito a política e a educação. Na Roma Antiga, a mulher não tinha direito de escolha matrimonial, pois era uma propriedade da família paterna, a qual recebia dotes em troca do casamento (ZIKAN, 2005).

Alambert (1997 apud TEIXEIRA; MOREIRA, 2011, p. 02) comenta, que na Idade Média “a inferioridade da mulher se dava pela sua condição biológica, que era mais fraca fisicamente, menos dotada intelectualmente e fadada a ter filhos”.

Na contemporaneidade ocorre uma cultura opressora em relação ao feminino, descrita em inúmeros ditos populares, letras de músicas, piadas, como formas de difamação do gênero. Essas questões são representações culturais existentes por meio das mídias que minimizam o gênero feminino e expõem formas discriminatórias (CAMPOS; CORRÊA, 2011, apud OLIVEIRA, PITTA, 2013, p. 181). Desta forma, não se conseguiu fazer a eliminação da opressão cultural sofrida no psiquismo dessas pessoas, sendo um processo demorado e lento, cheio de barreiras e obstáculos que devem ser ultrapassados por meio de transformações em todos os âmbitos (ZIKAN, 2005).

Há a necessidade de observar que os controles regidos pelo gênero feminino são construídos por visões culturais e religiosas. Como descreve Louro (2008, p. 22):

não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados. [...] A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada.

Assim, a sexualidade feminina ainda é controlada pela sociedade, “ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas”, ocorrem às críticas sobre esse tema, mas há a necessidade de transformações culturais para modificá-las (LOURO, 2008, p.21).

No entanto, há um controle sobre o gênero feminino com o decorrer do tempo, com a hierarquia patriarcal, o qual sofre grande abuso psicológico e físico, com submissão e opressão por vários conceitos atuais. As mudanças ocorrerão por meio do empoderamento do gênero feminino, fundamental para que se modifique as relações de gênero e minimize a desigualdade estabelecida culturalmente (CARVALHO, 2011).

Na evolução do pensamento da mulher sobre sua identidade biopsicológica e sociocultural, surgiu o feminismo. Este pode ser considerado um importante instrumento de luta das mulheres por sua libertação, criado e desenvolvido em estreita conexão com o grau de desenvolvimento material e cultural de cada sociedade, e seus reflexos na condição de vida e consciência das mulheres (TEIXEIRA; MOREIRA, 2011, p. 04).

O feminismo possui um aspecto muito difícil de ser encontrado em um movimento, a relação entre o militarismo e a formulação de uma teoria crítica. No primeiro momento, o feminismo teve a influência da militância na segunda metade do século XX, por meio de mulheres que tiveram a possibilidade de estudar (PINTO, 2010).

Os poderes designados ao gênero masculino são atribuídos conforme cada sociedade determinava pelas suas necessidades socioeconômicas, e não são de conformidade com os aspectos biológicos (GRISCI, 1993 apud PEDRO; GUEDES, 2010). O movimento feminista tem como princípio da igualdade de gênero, visando uma sociedade que não seja patriarcal com autoridade orientadora dos deveres das pessoas, quebrando esse paradigma a fim de ter uma sociedade mais igualitária e com justiça social (MIRANDA, 2009). Portanto, não se prega a superioridade da mulher, mas a igualdade.

A utilização da expressão *feminismo* ocorreu na França em 1789, e as primeiras reivindicações foram na Revolução Francesa, em que as mulheres queriam o direito do alistamento na carreira militar e ao manuseio de armas para se defenderem, privilégio concedido apenas aos homens. Por meio desses protestos se iniciou uma batalha histórica com o intuito de a mulher estar presente ativamente nas políticas públicas e lutar pela igualdade de gênero, seus direitos e deveres (SILVA, 2007).

No Brasil, na década de 60, começaram a surgir organizações feministas, porém, com traços conservadores e de forma clandestina. Foram criados os primeiros estatutos que acatavam o espaço no mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos, mas apenas no golpe militar de 1964 que as mulheres começaram a ganhar espaço pela queda da ditadura e, a partir de então, possibilitou-se às mulheres refletirem sobre sua postura social (PEDRO; GUEDES, 2010).

O feminismo constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. O estudo dessas relações de poder permitiu identificar a forma de atuação dos movimentos para a garantia da incorporação das perspectivas de gênero no desenvolvimento político e na busca pela igualdade (COSTA, 1998 apud MIRANDA, 2009)

Telles (1999, apud MIRANDA, 2009) relata que através do movimento feminista e suas contribuições, o Estado começa a reconhecer as diversidades e a elaborar políticas públicas. Por meio das experiências subjetivas, começa as intervenções no combate das diferentes formas de discriminação que ocorrem atualmente, dentre essas formas há a violência contra o gênero feminino.

O feminismo promoveu um olhar empoderado em relação ao gênero feminino, assegurando sua autonomia e busca por direitos. Por meio de seus estudos e ações promoveu e auxílio na elaboração de políticas públicas na garantia da diminuição da discriminação e desigualdade de gênero.

3 | O ESTADO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA O GÊNERO FEMININO

Um dos desafios mais sérios, atualmente, é o combate à violência contra o gênero feminino, pois ainda há uma face oculta e com isso o Estado utiliza-se de leis e de Políticas Públicas para minimizar esse tipo de agressão.

Em meados dos anos 80, as políticas de gênero visavam as questões relacionadas à saúde e à violência da Mulher. Após, ocorreu em São Paulo a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina que visava apresentar a atual situação das mulheres no estado. E logo no ano de 1983, houve uma grande influência dos movimentos feministas, ocorrendo a criação do Programa de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM) (CARRANZA, 1994 apud FARRAH, 2004). E no ano de 1985, foi inaugurada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de São Paulo, e em âmbito nacional, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Por meio dessas instituições iniciou a criação de locais destinados à defesa da mulher por todo o país (SAFFIOTI, 1994 apud FARAH, 2004).

Desta forma, a partir dos anos 90, ocorre uma análise diferenciada das políticas públicas no Brasil, passando a serem examinadas com interligação com as instituições políticas. As políticas relacionadas ao gênero ganham força nos debates contra o alto índice de violência e início do enfoque das instituições públicas (COSTA; PORTO, 2012).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, no dia 9 junho de 1994, fez com que se ocorressem discussões sobre a temática, demonstrando que esse tipo de violência se faz por violação dos direitos humanos do gênero feminino. Esse tipo de combate se dá para uma melhor condição de vida às mulheres, a fim de obter um desenvolvimento individual e social digno (BRASIL, 1994).

A mulher começa a ganhar espaço e ser igual ao homem perante a lei pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), no Art. 5 em que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”, oficializando na legislação a equidade de gênero.

Um grande passo para a luta em relação a discriminação e desigualdade de gênero foi na Convenção realizada em 2002, possibilitando que as denúncias fossem registradas, fazendo com que o Estado fiscalizasse e adotasse políticas que possam diminuir esse tipo de violência. Outra conquista foi no Código Penal de 1940, sendo alterado pela Lei 10.886 de 17 de junho de 2004, formalizando o crime de “Violência Doméstica” ao acrescentar parágrafo no art. 129 (MARTINS, 2010).

A Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), proclama que “constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados”. A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha, diz respeito à criação de formas de redução e fim da violência doméstica e familiar contra

a mulher no intuito de “preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”.

Ainda, sobre a legislação brasileira, há o combate às ocorrências que ocasionam a morte de mulheres pela alteração do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 1 da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sancionando a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, a fim de “prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e [...] para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

E Carcedo Cabañas e Sagot Rodríguez (2002 apud GEBRIM; BORGES, 2014) demonstram que o homicídio realizado pelo fato de ter o gênero feminino tem uma grande dificuldade de encontrar o contexto social em que a morte é baseada. Os registros são geralmente realizados como homicídios, sendo que os agressores são retratados como detentores de alguma doença psicológica ou não possuir controle de si, contudo, não se observa o caráter social e político resultante da assimetria de gênero estabelecida por um valor cultural patriarcal.

As políticas públicas são desenvolvidas pelo poder público para garantir os direitos humanos do gênero feminino, para que sejam enfrentadas as questões de negligência, discriminação, opressão e exploração, com a finalidade de garantir sua segurança e qualidade de vida (BRASIL, 2006).

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito (BANDEIRA, 2005, p. 11).

O Programa Mulher: Viver sem Violência, instituído pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, constitui e maximiza os serviços públicos que visam a violência contra a mulher em todas as esferas sociais, garantindo igualdade de direito e proteção, como também atendimento especializado às pessoas que sofrem essa violência (BRASIL, 2013a).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) de 2013 a 2015 propõe a ruptura das práticas patriarcais enraizadas na sociedade brasileira, proporcionando a igualdade entre os gêneros, para que o gênero feminino tenha maior visibilidade e participação ativa em todos os seguimentos (BRASIL, 2013b).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres parte do entendimento de que a violência constitui um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, tais como: na educação, no trabalho, na saúde, na segurança pública, na assistência social, na justiça, na assistência social, entre outras. Esta conjunção de esforços já resultou em ações que, simultaneamente, vieram a desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero, interferir nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira

e promover o empoderamento das mulheres; mas muito ainda precisa ser feito e por isso mesmo, a necessidade de fortalecimento do Pacto (BRASIL, 2011a, p. 23).

Portanto, segundo o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva-se a minimização desta violência e direito à pessoa que foi violada proporcionando uma transformação cultural em relação à igualdade entre os gêneros, enriquecendo a relação de respeito e paz (BRASIL, 2011a).

A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem como objetivo desenvolver estratégias que promovam a prevenção e as políticas de empoderamento, assistência e autonomia do gênero feminino, observando seus direitos humanos e responsabilizando os agressores. Todo seu trabalho é articulado por instituições do governo, não-governamental e da comunidade (BRASIL, 2011b).

Esta Rede de Enfrentamento é destinada à melhoria da qualidade do atendimento, das formas de fiscalização e o encaminhamento necessário e adequado, para que as pessoas deste gênero tenham garantia de sua dignidade e de seus direitos. Há a união da variedade de serviços e instituições, conseqüentemente, demonstra a complexidade da violência contra o gênero feminino (BRASIL, 2011b).

Assim, as políticas públicas são modos do Estado de enfrentamento, fazendo-se necessário uma união entre os Estados e os Municípios, assegurando a execução dessas políticas de modo interligado, objetivando a garantia dos direitos de gênero.

4 | A TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS DE GÊNERO

Tem-se que,

para a transformação dos espaços cristalizados de opressão e invisibilidade das mulheres dentro do aparato estatal, faz-se necessário um novo jeito de fazer política pública: a transversalidade. A transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais (BRASIL, 2013b, p. 10).

A transversalidade tem por objetivo, na desigualdade de gênero, reavaliar e restabelecer novos conceitos de entendimento sobre os vários eixos sociais, por meio de ações e práticas, utilizando-se de novas estratégias para visualizar as diferentes formas de relação de poder e desenvolvimento da cidadania. O objetivo é possibilitar um novo olhar, fazendo com que as organizações das políticas públicas e instituições que combatem a violência contra o gênero feminino, permitam enfrentar essa desigualdade por inteiro (BRASIL, 2013b).

A ferramenta de transversalização possibilita realizar uma responsabilidade compartilhada pelos três poderes da República, realizando uma visão horizontal pelos ministérios e vertical, nos níveis municipal, estadual e distrital. Essa responsabilização realiza-se por um trabalho dinâmico, fazendo com que todos os níveis consigam

desenvolver em conjunto para que auxilie a promoção da equidade e do empoderamento (BRASIL, 2013b).

Nessa perspectiva, as políticas públicas não devem ser entendidas como programas que se dividem por setores de acordo com as necessidades do Estado, ao contrário, elas devem estar constantemente interligadas e serem compreendidas a partir da própria construção de instituição e processos políticos, os quais estão intimamente interligados com todas as questões que regem uma sociedade (COSTA; PORTO, 2012, p. 79).

Igualmente, a transversalidade propicia uma abordagem de problemas que são multidimensionais e intersetoriais de forma conjunta, com o fim de distribuir as responsabilidades e debelar a departamentalização que ocorre nas políticas públicas. Ao observar a diferença e desigualdade de gênero, desempenham-se ações que permitem ocorrer um enfrentamento do problema de modo geral (BRASIL, 2013b).

À vista disso, ocorre-se uma garantia para um funcionamento integrado e sustentável, de modo conseguinte, uma maximização na eficácia produzida pelas políticas públicas. Havendo uma redução na desigualdade de gênero e uma modificação do perfil institucional vigente, entende-se que há influência desses fatores estruturais para o aumento dessa assimetria de gênero (BANDEIRA, 2005).

A execução da transversalidade se faz necessária com a organização das ações pelo Estado com a finalidade da implantação e coordenação das políticas de gênero, pois a responsabilização pode não ser assumida, uma vez que é uma experiência que envolve mais de um órgão administrador. Se não houver engajamento por parte do Estado haverá uma dificuldade no êxito da transversalização (COSTA; PORTO, 2012).

Para uma efetivação da transversalidade nas políticas públicas em relação à igualdade de gênero é preciso, imprescindivelmente, que ocorra uma reorganização em todas as políticas, ações, programas governamentais, implantando-se a perspectiva de equidade de gênero em todas as suas fases e níveis (COSTA; PORTO, 2012).

Ademais, é importante ressaltar que além do interesse governamental, é necessário que a sociedade tenha uma movimentação em relação às problemáticas, como a desigualdade de gênero, se tornando um órgão propulsor nas discussões das temáticas contra as discriminações realizadas para que se tornem prioridade do governo. As políticas de gênero ganharam repercussão e conseguiram prioridade nas últimas décadas, possibilitando em pouco tempo ao gênero feminino a conquista de raríssimos direitos (COSTA; PORTO, 2012). Dessarte, a discussão de gênero e de igualdade, é como

[...] romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento. As mulheres emergem como alteridade feminina, sociocultural e política. Passam a estar presentes, reconhecidamente, nas arenas da vida cotidiana, onde se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto, em um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer sua condição

O empoderamento da mulher é uma das formas de minimizar essa desigualdade. Pinto (2013) relata que várias empresas estão demonstrando a compreensão da desigualdade entre os gêneros, e para a sociedade se tornar mais justa e solidária, necessita-se realizar medidas que igualem os homens e as mulheres, garantindo respeito, benefícios e equilíbrio social.

Obter o fim da discriminação entre os gêneros é fundamental, com a finalidade de aceitar o próximo sem opiniões discriminatórias ou preconceituosas, sem que ocorra qualquer tipo de agressões físicas, psíquicas ou morais, fazendo com que as mulheres tenham direitos iguais e bem estar biopsicossocial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os indivíduos são iguais perante a lei, porém, a desigualdade entre os gêneros ainda é muito visível em nossa sociedade. A violência contra a mulher possui números alarmantes e as denúncias aumentam a cada dia. Para diminuir essas ocorrências necessita-se de várias formas de intervenções, realizando transformações no modo em que a sociedade observa essas pessoas. Assim, geralmente os atos preconceituosos em relação ao gênero são manifestos do censo comum ou pela falta de informação e conhecimento sobre o tema, por isso, há a necessidade de priorizar mais discursos sobre as identidades de gênero, a fim de que as pessoas se conscientizem e possam mostrar que esses sujeitos têm idealizações, emoções, sonhos e medos, como qualquer indivíduo, uma vez que são pessoas livres.

O feminismo, com suas teorias e práticas, fez com que o Estado visse o gênero feminino de maneira diferenciada, pois ainda são várias as ocorrências em que são vítimas por serem mulheres, conseqüentemente, são rebaixadas e oprimidas. Com tais acontecimentos, houve a necessidade de se organizar Políticas Públicas e legislações que combatessem essa violência. O feminicídio foi elaborado para combater essa violação de direito à vida, mas ainda está sendo muito criticado, entretanto, poucos observam a necessidade de considerar o indivíduo no seu contexto social e as causas desses homicídios. Assim, necessita-se analisar o feminicídio não apenas para mulheres, biologicamente falando, no entanto para todas as vítimas que são do gênero feminino, incluindo, inclusive, as transexuais e as travestis.

A transversalidade nas políticas públicas de equidade entre os gêneros propicia uma distribuição da responsabilidade, fazendo com que ocorra uma eficácia nas ações e programas governamentais e haja a despartamentalização. Conseqüentemente, se evitará a proliferação da violência, especialmente sobre o gênero feminino, para que proporcione sua emancipação social e individual. O espaço público deve reconhecer o gênero feminino como portador de direitos e com potencial para contribuir na

sociedade enquanto agente atuante e político. Além disso, é preciso a movimentação da sociedade em relação à temática, para que se consiga lutar para alcançar a equidade entre os gêneros por meio de uma participação ativa e fiscalizadora das políticas públicas do local a fim de maximizar a sua efetivação e encontrar caminhos para a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. **Brasil**: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 8 de outubro de 1988.

_____, Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013a. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências.

_____, Lei nº 10.778, de 24, de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

_____, Lei nº11,340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____, Lei nº13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

_____, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM): 2013-2015, 2013b.

_____, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011a.

_____, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Rede de **Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2011b.

_____, **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**, “Convenção de Belém do Pará”, 1994.

CARVALHO, D, J. A conquista da cidadania feminina. **Revista Multidisciplinar da UNIESP: Saber Acadêmico**, Nova Esperança, n. 11, jul, p. 143-153, 2011.

COSTA, M. M. M.; PORTO, R. T. C. A incorporação da transversalidade nas políticas públicas voltadas a questão de gênero: (re)vindicando o espaço pelo empoderamento e a emancipação social. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 08, n. 02, jul-dez, 2002.

- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan/abr, 2004.
- GEBRIM, L. B.; BORGES, P. C. C. Violência de gênero: tipificar ou não o femicídio/ feminicídio?. **Revista de Informação Legislativa**, v. 51, n. 202, p. 59-75, abr/jun, 2014.
- GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 146-155, 1994.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, mai/ago, 2008.
- MARTINS, R. de C. **Jovens mulheres vitimadas: abuso sexual, sofrimento e resiliência**. Curitiba: Juruá, 2010. 217 p.
- MIRANDA, C. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**, 2009. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf>. Acesso em: 10 set 2018.
- OLIVEIRA, C. R. T.; PITTA, T. C. Da (in)dignidade da mulher na sociedade contemporânea e a necessária atuação estatal no implemento de justiça social. In: SIQUEIRA, D. O.; SILVA, N. T. R. C. (Org.). **Minorias e grupos vulneráveis: reflexões para uma tutela inclusiva**. 1 ed. Birigui: Boreal Editora, 2013. p. 176-195.
- PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 9 set 2018.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun, 2010.
- PINTO, S. X. P. A luta do gênero feminino pela igualdade no mercado de trabalho. In: SIQUEIRA, D. O.; SILVA, N. T. R. C. (Org.). **Minorias e grupos vulneráveis: reflexões para uma tutela inclusiva**. 1 ed. Birigui: Boreal Editora, 2013. p. 176-195.
- SILVA, T. G. Feminismo e políticas públicas na América Latina: relação com o Estado e dilemas estratégicos no século XXI. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICA PÚBLICAS, 3., 2007, São Luiz. **Anais eletrônicos...** São Luiz: UFMA, 2007. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/bcaf905c283b018b72bdTelma_Gurgel.pdf >. Acesso em: 09 set 2018.
- TEIXEIRA, I. I.; MOREIRA, S. A. C. A sexualidade da mulher contemporânea: um estudo bibliográfico. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia – FAEF**, Garça-SP, 16 ed., maio, 2011.
- ZIKAN, I. S. **O prazer sexual feminino na história ocidental da sexualidade humana**, 2005. 94 f. Monografia (Pós-Graduação), Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-141-1

